O CAPITALISMO SEM MÁSCARA: Extrema-Direita, Neoliberalismo e Democracia Neoliberal Burguesa

Gabriel Ferreira Ribeiro¹

José Leonardo Benitez Benitez²

Resumo

O capitalismo engendra, por sua própria lógica, crises recorrentes a partir de sua lógica inerente e contraditória, que busca constantemente novos espaços de valorização e realização de mercadorias até o ponto em que compromete o próprio processo de acumulação. Com a crise do capitalismo contemporâneo, marcada pela financeirização da economia e pelo neoliberalismo enquanto sistema de acumulação de capital fictício, a democracia liberal burguesa passa a ser cada vez mais dispensável, sendo progressivamente solapada por lideranças autoritárias que ascendem ao poder com o objetivo de implementar a agenda neoliberal de privatização, abertura comercial e financeira, comprometendo-se com o aumento exponencial das riquezas fictícias do capital financeiro. A partir disso, esta pesquisa busca, com base no referencial teórico marxista e na revisão de literatura especializada, identificar os elementos que nos permitem afirmar que a democracia liberal burguesa atravessa uma crise política não apenas por sua própria insustentabilidade, mas, sobretudo, como resultado da lógica do capital em produzir crises políticas e econômicas. Assim, a pergunta que guia este trabalho é: em que medida a democracia burguesa está realmente em crise, ou o que se apresenta como crise política não seria, na verdade, a expressão mais autêntica do capitalismo — agora sem máscaras?

Palavras-chave: Democracia Neoliberal Burguesa; Crise do Capital; Neoliberalismo

Abstract:

By its very logic, capitalism engenders recurring crises based on its inherent and contradictory logic, which constantly seeks new spaces for valorization and the realization of commodities to the point where it compromises the accumulation process itself. With the

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

² Graduando em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA)

crisis of contemporary capitalism, marked by the financialization of the economy and neoliberalism as a system of fictitious capital accumulation, bourgeois liberal democracy is becoming increasingly dispensable, and is being progressively undermined by authoritarian leaders who rise to power with the aim of implementing the neoliberal agenda of privatization, commercial and financial openness, committing themselves to the exponential increase in the fictitious wealth of financial capital. Based on this, this research seeks to identify the elements that allow us to affirm that bourgeois liberal democracy is going through a political crisis, not only because of its own unsustainability, but above all as a result of the logic of capital in producing political and economic crises. Thus, the question that guides this work is: to what extent is bourgeois democracy really in crisis, or isn't what is presented as a political crisis actually the most authentic expression of capitalism - now without its masks?

Keywords: Bourgeois Neoliberal Democracy; Crisis of Capital; Neoliberalism

Introdução

O uso corriqueiro e generalizado da palavra “crise” esvaziou o seu sentido teórico-político e tornou impreciso o seu significado. Uma crise passou a ser entendida como um processo genérico e sem grandes precisões teóricas acerca da desagregação e decadência em uma esfera qualquer de socialidade. O resgate do conceito de “crise” no seu sentido marxiano se torna, portanto, indispensável para traçarmos uma caracterização da crise da democracia neoliberal burguesa e do próprio processo de reprodução do capital no capitalismo contemporâneo (Carcanholo, 2008; Grespan, 2012).

A crise é condição *sine qua non* do próprio funcionamento do capitalismo, de modo que ela é a forma contraditória que o capital se constitui e se reproduz, na medida em que ela corresponde ao conteúdo pelo qual ele se define a partir de sua complexificação. Em outras palavras, para Marx uma crise é determinada necessariamente pelo capital, na medida que este é uma relação social que subordina a si próprio às demais relações sociais, de modo a convertê-las em totalidades da qual elas são momentos, ou seja, o capital tem uma força totalizante em subordinar as outras relações sociais à sua própria lógica de autovalorização. (Grespan, 2012; Marx, 2017). Além do capital lograr suas próprias crises, ele o faz de maneira cíclica, isto é, as crises têm caráter cíclico no processo de acumulação de capital, de tal maneira que o capitalismo contemporâneo está atravessando é na verdade um

desdobramento dialético das contradições que foram desenvolvidas e aguçadas nesta forma histórica (Carcanholo, 2008; 2010; 2011).

Para Marx, crise não é tão somente uma fase decadente do ciclo de acumulação de capital. Crise em Marx tem a ver com a manifestação das contradições do capitalismo, ao mesmo tempo que essas unidades contraditórias (produção e a apropriação do valor e mais-valor) são repostas e reconfiguradas novamente a fim de estabelecer um início de um novo ciclo de acumulação de capital (Carcanholo, 2010). O que se apreende do capitalismo contemporâneo é que ele engendrou o desenvolvimento de uma marca do capitalismo que outrora não estava no comando da acumulação de capital, mas que agora se faz a principal característica dele, qual seja: a financeirização da economia sob o neoliberalismo (Saad Filho, 2023; Mota, 2009; Carcanholo, 2010). A expressão das crises no capitalismo é o desequilíbrio entre a produção e o consumo das mercadorias, ou seja, uma crise de superprodução de mercadorias não realizáveis e superacumulação de capital (Carcanholo 2008; 2010; 2011), de modo que comprometa o processo de acumulação de capital³ (Mota, 2009).

Para a compreensão da crise do capital e da democracia burguesa do capitalismo contemporâneo necessitamos, de antemão, recuperar alguns elementos contraditórios e paradoxais que ajudaram a desdobrar a quadra histórica que nos encontramos hoje em dia. Esses elementos que estamos nos referindo são: a crise estrutural do capital dos anos 1970 e, portanto, o fim dos Acordos de Bretton Woods e o começo do que Gowan (2003) denomina de regime do *Dólar Wall Street* (DWSR); a financeirização da economia enquanto a nova fase do capitalismo contemporâneo (Amaral, 2007; 2012; Brettas, 2020a; 2020b; Paulani, 2009; Lapavitsas, 2011; Duménil; Lévy, 2003; 2010; Saad Filho, 2015; 2023); o neoliberalismo não apenas como doutrina econômica hegemônica, mas como um sistema de acumulação de capital fictício que subordina a esfera produtiva à financeira, de modo que

³ Marx já nos alertava para o caráter fictício dos negócios e operações especulativas que o próprio sistema de crédito, em nosso tempo cada vez mais complexificado e à frente do processo interno de acumulação de capital, estimula, conduzindo a uma concentração progressivamente maior de renda e riqueza nas mãos dos que as já detém, ou seja, nas mãos dos capitalistas. Nas palavras dele, “[...] uma crise só seria explicável por uma desproporção entre o consumo dos próprios capitalistas e sua acumulação. Porém, tal como as coisas se apresentam na realidade, a reposição dos capitais investidos na produção depende, em grande parte, da capacidade de consumo das classes não produtivas, ao passo que a capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada, em parte pelas leis salariais e, em parte, pela circunstância de que essas leis só se aplicam se for em benefício da classe capitalista” (Marx, 2017, p. 540 – 541)

potencializa a crise política da própria democracia neoliberal (Saad Filho, 2015; 2023; Fine; Saad Filho, 2021).

Nesse ínterim, a partir das formas de acumulação do capital no capitalismo contemporâneo sob o neoliberalismo, ou seja, do sistema de acumulação de capital fictício, levando a cabo um processo cada vez maior de financeirização da acumulação de capital (Amaral, 2007; Brettas, 2020a; 2020b; Saad Filho, 2023), as contradições vão se ampliando o que resulta, dentre outros desdobramentos, na corrosão da democracia e no enfraquecimento das formas de representação política popular, especialmente nos sindicatos que defendem a classe trabalhadora e os próprios partidos políticos de esquerda, habilitando o capitalismo dispensar seus compromissos de outrora com a classe trabalhadora.

Assim, a pergunta de pesquisa que este trabalho busca responder é: em que medida a democracia burguesa está, de fato, atravessando uma crise política? Ou será que o que se apresenta como tal seria, na realidade, a face autêntica do capitalismo — agora, sem máscara? Nosso objetivo, portanto, é identificar os elementos que nos autorizam a afirmar que a crise da democracia neoliberal burguesa resulta não apenas de sua fragilidade interna, mas, principalmente, da lógica estrutural do capital de engendrar suas próprias crises — razão pela qual essa forma de democracia torna-se, aos olhos do próprio capital, descartável

Capitalismo Contemporâneo: de Bretton Woods ao Regime do *Dólar Wall Street* (DWSR)

Os debates sobre os chamados “30 Gloriosos”, “Anos Dourados”, “Era de Ouro”, “Liberalismo Embutido”, “Acordos de Bretton Woods”, “Compromisso Keynesiano” do capitalismo na literatura de Economia Política Internacional, especialmente os textos de Relações Econômicas Internacionais, tratam de um período do capitalismo central que vai do pós – Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970 (Duménil; Lévy, 2010; Garlipp, 2001; Hobsbawm, 2007).

No centro desenvolveu-se um compromisso keynesiano, encabeçado pelo chamado Estado de Bem-estar social (*Welfare State*), que regulamentava a mobilidade de capital de curto prazo, garantia alguma seguridade social para a classe trabalhadora e, ao menos, uma regulação da relação capital-trabalho. Nesse modelo consolidou-se predominantemente a democracia liberal burguesa de representatividade política da maioria que elegia seus representantes. Na periferia, por outro lado, o que se observou nesse período foi o desenvolvimentismo e o aprofundamento da industrialização via substituição das

importações, especialmente no capitalismo dependente latino-americano⁴, em que pese a democracia liberal burguesa ter sido suplantada por uma série de ditaduras militares patrocinadas pelo imperialismo estadunidense (Belluzzo, 2013; Bresser-Pereira, 2011; Chauí, 2020; Gowan, 2003). De todo jeito, o que se observou nesse período foi uma notória expansão industrial em toda parte, das regiões capitalistas, socialistas e do chamado Terceiro Mundo (Hobsbawm, 2007).

O pós Segunda Guerra Mundial escancarou uma necessidade que já se desenhava ainda no final do conflito, especificamente nos longínquos anos 1944: a necessidade de reorganizar o sistema monetário e financeiro internacional. Essa arquitetura monetária e financeira internacional vai se construir a partir da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas realizada em 1944 na cidade de Bretton Woods nos Estados Unidos. Nessa reunião, as novas regras sobre como deveria operar a economia mundial foram traçadas (Garlipp, 2001; Serrano, 2005).

A maior regulação do capital inclusive do capital financeiro, o planejamento econômico encabeçado pelo Estado, o compromisso com o pleno emprego, a tomada de empréstimo a juros razoáveis, a crescente industrialização e as inovações tecnológicas são algumas das características gerais de economia política que podemos citar para descrever esses “Anos Dourados” do capitalismo no centro. As características políticas que podemos resgatar para descrever esse período histórico seria a tendência de ao menos institucionalmente e formalmente, prevalecer o modelo de democracia representativa, parlamentar e simbólica nos países envolvidos diretamente na Segunda Guerra, muito por conta da aversão imediata do totalitarismo nazifascista há pouco experienciado pelo mundo.

Nesse ínterim, o pacto entre capital, trabalho e Estado, durante aquele período, viabilizado através das políticas keynesianas, garantiu a “reprodução ampliada dos trabalhadores, socializando com o patronato parte dos custos de reprodução da força de trabalho” (Mota, 2009, p. 5), em que pese a alocação dessas políticas sociais via fundo

⁴ Como nosso escopo teórico principal nesta pesquisa não é a Teoria Marxista da Dependência (TMD), embora não tenha como não mencionar alguns dos elementos desta teoria que nos ajudam a explicar as particularidades do capitalismo dependente e seu papel inerente na acumulação interna de capital do capitalismo do centro, fica a indicação bibliográfica de alguns textos indispensáveis para essa Teoria, a saber: Amaral (2012); Bambirra (1994; 2015); Carcanholo (2008; 2023); Dos Santos (2000); Katz (2020); Luce (2018); Marini (2005a; 2005b); Martins (2011); Osório; Luce e Ferreira (2012); Traspadini e Stédile (2005); Valencia (2018).

público, o qual ainda não tinha se direcionado à financeirização de si próprio e das políticas sociais (Brettas, 2020b; Chauí, 2020).

Criou-se, ademais, uma nova institucionalidade econômico-financeira que serviria para balizar o novo regramento monetário e financeiro internacional. Essas instituições são: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRD), antecessor do Banco Mundial, e, em 1947, o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT) que seria substituído pela Organização Mundial do Comércio em 1995 (Garlipp, 2001; Serrano, 2005). Diante disso, no pós-guerra os Estados Unidos passam a ser o centro da acumulação de capital a partir da reorientação da economia mundial capitalista no sentido de lhes favorecer a acumulação e de lograr uma expansão monetária a nível internacional. Se a hegemonia da Inglaterra nos séculos anteriores estava assentada na criação e na consolidação do mercado mundial, o que a hegemonia dos Estados Unidos, consolidada definitivamente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, está preocupada, por outro lado, é com a integração imperialista dos sistemas de produção no âmbito internacional do capital (Marini, 2012). No caso dos Estados Unidos, a globalização financeira foi o “[...] resultado das políticas que buscaram enfrentar a desarticulação do bem-sucedido arranjo capitalista do pós-guerra” (Belluzzo, 2009, p.102).

O fim da “Idade de Ouro” do capitalismo no centro do sistema ocorre por diversos motivos. Alguns desses motivos Serrano (2005) discute como sendo as “contestações “do compromisso keynesiano na “Idade de Ouro” do capitalismo que vão de 1968 até 1979. Os elementos dessa “contestação” são a explosão salarial por parte da classe trabalhadora; o fim do compromisso; a compressão dos lucros; o “Dilema de Nixon”, que foi a escolha do presidente Nixon de romper com a paridade do dólar no ouro, no qual Serrano (2005, p. 197) diz: “Esse dilema vinha da vontade de desvalorizar o câmbio e ao mesmo tempo a impossibilidade de fazê-lo, dentro das regras de Bretton Woods, sem ameaçar a posição do dólar como moeda internacional”; a relação das *commodities*, do petróleo e do processo de estagflação. Diante disso, as dificuldades que se colocam frente a esse modelo era os cada vez maiores desequilíbrios da balança de pagamento do Estado norte-americano, o sistema de conversibilidade do dólar em ouro e a taxa fixa de câmbio tornaram-se difíceis de manter. Isso foi “resolvido” quando em 1971 o presidente Nixon resolve pôr fim a paridade do dólar ouro e em 1973 é estabelecido as taxas flutuantes de câmbio (Belluzzo, 2009; 2013).

Se a crise dos Acordos de Bretton Woods marca o fim dos Anos Dourados do capitalismo central, ela marca também começo de uma crise que se superará a partir da

consolidação de vez de uma forma especial de acumulação: a acumulação de capital fictício⁵, tornando *Wall Street*, desta vez para que não haja dúvidas, o coração financeiro do mundo por meio da hegemonia do dólar, do poderio bélico dos estadunidenses e pelos dispositivos de política monetária como ferramenta de atração de capital financeiro internacional. Essa moeda, por sua vez passará a ser lastreada nela mesma e não mais no ouro a partir de 1971, reforçando mais uma vez a robustez e a solidez dos Estados Unidos em termos de dominação da moeda internacional (Gowan, 2003).

Inaugura-se aqui a ideia que posteriormente se tornará dominante: o principal instrumento de controle de inflação deveria ser a política monetária, especificamente as contracionistas. Noutros termos, o que se observou foi que o principal dispositivo regulador da economia mundial passou a ser a taxa de juros, enquanto que os mercados de câmbio, de títulos e de derivativos em geral passaram a ser fatores de multiplicação do capital especulativo. Portanto, a ideia monetarista de domar a inflação via política monetária fortaleceu a parte financeira do grande capital, o qual passou a ditar na economia como um todo suas novas regras de mercado, de forma a ampliar sua participação na riqueza e, ao mesmo tempo, subordinar os outros setores à sua própria lógica de valorização fictícia, o que se traduz num capitalismo dirigido pelas finanças (Costa, 2008; Guttman, 2008).

Ademais, o novo vocabulário da nova ordem econômica neoliberal tinha como principais motes a abertura comercial; a liberalização das contas de capital; a desregulamentação financeira, a fim de liberar o capital da “repressão financeira” e permitir deliberadamente que as políticas monetárias e de crédito não se ocupem mais de mitigar os efeitos da valorização fictícia da riqueza e do capital; e a “descompressão” dos sistemas financeiros dos Estados nacionais (Belluzzo, 2009; 2013; Gowan, 2003).

O começo da Crise Estrutural do Capital dos anos 1970: O “Dilema de Nixon”; o “Choque em Dose Dupla” e a Financeirização da Economia

Em 1979 houveram dois eventos que marcaram o sistema de acumulação de capital: o choque dos juros e os choques do petróleo. Belluzzo e Almeida (2002) denominam de choque em “dose dupla” justamente pelo efeito avassalador que eles desempenharam na economia mundial. A título de exemplificação, com o chamado “choque de Volcker”, o qual

⁵ Mesmo o sistema de acumulação de capital fictício apresentando um crescimento econômico claramente aquém do sistema de acumulação fordista-keynesiano, ele ainda sim se torna hegemônico a partir da crise estrutural do capital dos anos 1970 em diante (Saad Filho, 2023)

foi o aumento da taxa de juros do *Federal Reserve Bank* (FED), o banco central norte-americano, em 1979, levou os juros nominal que estava no intervalo entre 8 a 10% entre 1974 e 1978 para 19% em 1981. Antes disso, com a crise do petróleo em 1973, a qual foi incitada pelo próprio Estados Unidos, resultou na quadruplicação do preço do barril de petróleo. No imediato pós-guerra, o preço do barril era 3 dólares. Em 1974 passou para 12 dólares e em 1979 chegou a alcançar os inacreditáveis 37 dólares (Carneiro, 2002; Gowan, 2003). A taxa de crescimento econômicos dos Estados Unidos foi negativa por dois anos consecutivos: em 1974 foi de -0,9% e - 0,8% em 1975; e o Reino Unido, em 1974, retraiu a sua economia em -7,0% (Carcanholo, 2010). No caso do choque de Vocker, Duménil e Lévy (2010) denominam de “Golpe de 1979” porque foi de fato um golpe que desembocou na profunda crise de dívida externa das economias latino-americanas, as quais estavam amarradas à taxa de juros estadunidense (*prime rate*).

Ademais, David Harvey (2008, p. 32) tem razão quando diz sobre o aumento vertiginoso dos juros internacionais pelo FED: “A taxa real de juros, que com frequência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se positiva por ordem do *Federal Reserve*.” Essa pressão para que os juros subissem para a casa dos dois dígitos se explica conforme argumentamos anteriormente: a política monetária como principal dispositivo de controle da inflação e como meio de fazer retornar os capitais que tinham saído do coração financeiro do mundo, *Wall Street*. Dessa maneira, a partir dos anos 1970, os mercados financeiros começaram a desenvolver inovações financeiras cada vez mais sofisticadas como os chamados mercados de derivativos, que acelera as formas do capitalismo de criar, encontrar e valorizar cada vez mais espaços e massa de capital que estavam, naquele momento histórico de convulsão da arquitetura de Bretton Woods, superacumulada. Esse movimento “[...] constitui uma resposta fundamental do capitalismo para a sua crise estrutural anterior [Crise de Bretton Woods dos anos 1970], tanto pela constituição de um espaço adicional de valorização para o capital superacumulado, quanto pelo efeito que isso tem sobre a redução do tempo de rotação do capital total” (Carcanholo, 2011, p. 75).

O que se coloca, diante disso, é que com a política do monetarista Paulo Volcker, estabeleceu-se um modelo de controle de inflação e uma forma de remédio “amargo” contra a inflação: lançar a taxa de juros às alturas como forma de garantir a centralidade em termos de política econômica do capital-dinheiro e conseqüentemente fortalecer o dólar (Gowan, 2003; Harvey, 2008). Com esse movimento de aumento dos juros, os Estados Unidos tiraram

uma lição aprendida com o imperialismo europeu: em tempos de crise da dívida de um sistema monetário nacional, esse é o momento para que se refaça as relações sociais internas e introjeta o seu capital no país que está em crise (Gowan, 2003). Os estadunidenses aprenderam bem essa valiosa lição imperialista pois a aplicaram na América Latina em geral e no Brasil em particular. Assim, o dólar passa a funcionar como “estrela de primeira grandeza, enquanto as outras moedas passaram a orbitar ao seu redor, num sistema hierarquizado, de acordo com o peso de suas respectivas economias” (Costa, 2008, p. 156).

Gowan (2003) nos diz que o DWSR é também uma resposta do capital estadunidense frente a recuperação dos capitais europeus e japonês, isto é, resposta estadunidense, especialmente de *Wall Street*, o coração financeiro do mundo, a recuperação econômica da Alemanha, da Inglaterra, da França e do Japão. A partir de 1971, com o fim da paridade do dólar-ouro, como vimos anteriormente, os Estados Unidos não mais precisavam se preocupar com as reservas em ouro porque este metal já não mais balizaria o valor do dólar.

Em 1973, com o primeiro choque do petróleo, provocado inclusive pela intromissão dos Estados Unidos nos países produtores de petróleo no Oriente Médio, como parte da estratégia de expandir a atuação dos bancos privados norte-americanos sobre os “aliados” econômicos: Europa Ocidental e Japão; a impossibilidade de absorver todos os petrodólares por parte dos países produtores de petróleo, dado a elevação vertiginosa do preço do barril de petróleo, os Estados Unidos conseguiram reciclar os petrodólares via bancos estadunidenses pela região do Golfo. Portanto, o regime do Dólar *Wall Street* tem triplo papel: o de funcionar como um regime econômico internacional, balizado na acumulação de capital fictício; o de ser uma diretriz de política econômica que caminha justamente na maior liberalização dos fluxos financeiros, de modo a “desamarrar” o capital da “repressão financeira”; e o de garantir os interesses dos Estados Unidos enquanto fundador desse novo sistema monetário e financeiro internacional (Gowan, 2003).

Ademais, Duménil e Lévy (2003; 2010), nos diz que essa primazia das finanças sobre a acumulação de capital é na verdade um retorno da hegemonia das finanças, uma vez que elas estavam “amarradas” com o “compromisso keynesiano” como nos referimos anteriormente. Chesnais (1996) argumenta que a mobilidade de capital, conquistada graças à liberalização e desregulamentação do capital, permite que a empresa multinacional pressione o Estado nacional para desregulamentar as leis trabalhistas (alienadamente chamada de flexibilização das leis trabalhistas), potencializando o processo de acumulação

interna de capital, ao passo que aprofundava as relações de dependência da América Latina para com essa região.

Assim, o DWSR marca um movimento de libertação do capital da “repressão financeira” frente aos Acordos de Bretton Woods. O capital passa a ser movido seguindo a lógica da financeirização da riqueza, ou seja, a desregulamentação financeira, a mobilidade irrestrita de capital (de curto prazo, principalmente) e as altas taxas de juros facilitam uma maior versatilidade do capital financeiro, sem se ater a nenhum compromisso com o país o qual ele passa a se valorizar ficticiamente e pode inclusive se deslocar para outros espaços de maiores valorizações quando bem lhe convier. Em outras palavras, o rentismo passa a ser o mote geral dos agentes econômicos e o principal compromisso que o Estado passa a assumir é o de permitir a cada vez maior financeirização da riqueza e, portanto, sem se comprometer da mesma maneira que fazia antes com o lado do trabalhador (Brettas, 2020a; 2020b; Costa, 2008; Gowan, 2003; Mota, 2009; Saad Filho, 2023;).

O novo sistema de acumulação de capital: neoliberalismo e democracia neoliberal

Com a financeirização da acumulação de capital, com o fim de Bretton Woods, com o aprofundamento da dependência dos países latino-americanos para com o centro do sistema capitalista e com a mudança de estratégia do imperialismo estadunidense (de meados dos anos 1970 em diante os Estados Unidos passaram a advogar não mais pelos golpes militares explícitos, mas por uma suposta defesa dos direitos humanos como forma de alinhar seus aliados aos seus interesses estadunidenses), o capitalismo adentra numa nova etapa, contornando aquela conjuntura de crise ao se inovar e subordinar novos espaços e relações sociais ao seu próprio funcionamento de autovalorização (Grespan, 2012).

Como já dizia Marx (2017, p. 540), e outros marxistas como Carcanholo (2008; 2010; 2011) e Mota (2009) concordam, com relação às crises do capital: “É justamente nessas épocas [de crises] que se apresenta uma superabundância de capital produtivo, em parte com relação à escala normal, porém temporariamente reduzida, da reprodução, em parte com relação ao consumo paralisado”. Se formos pensar as economias centrais capitalistas, operou-se dessa maneira a crise de Bretton Woods: uma produção cada vez maior, processo crescente de estagnação econômica com inflação crescendo a reboque (a chamada

estagflação), redução da taxa de lucro⁶, a vertiginosa expansão dos títulos de apropriação sobre um valor que não necessariamente foi produzido ainda e nem que será produzido na mesma proporção que é apropriado, ou seja, uma lógica crescente do capital fictício que Marx já nos chamava a atenção no livro III d' *O Capital* (Carcanholo, 2011; Marx, 2017). Em outras palavras, é uma crise de superprodução de capital que não consegue encontrar vazão para a realização das mercadorias produzidas em demasia e de uma produção de valor que nem sequer foi produzido ainda.

Assim, se formos pensar a totalidade da economia concorrencial intrasetorial, a tendência seria num primeiro momento aumentar a produtividade (elevar a composição orgânica do capital, portanto) dessas empresas a fim dos capitalistas obterem a mais-valia extraordinária⁷ (ou seja, obter os superlucros), e, num segundo momento, com o aumento generalizado da produtividade no mesmo setor de produção, baixar-se-ia os preços das mercadorias abaixo do seu valor individual, de modo que houvesse uma queda na taxa de

⁶ A redução da taxa de lucro no capitalismo concorrencial seria uma das tendências do capital, segundo Marx (2017). Isso significa dizer que um capital mais produtivo, isto é, um setor industrial composto com mais capital constante em detrimento de menos capital variável (maior composição orgânica), não necessita de muita força de trabalho (trabalho vivo) para produzir valor, ao passo que, o capital menos produtivos opera na lógica contrária: ele possui menos capital constante em relação ao capital variável e, portanto, necessita de mais força de trabalho para conseguir produzir valor. O capital de menor produtividade precisa se valer cada vez mais de trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, o que é o contrário com os capitais com maior produtividade: eles dispensam trabalho vivo (menor o capital variável) justamente por empregarem progressivamente mais trabalho morto graças as inovações técnicas dos meios de produção (Amaral; Carcanholo, 2012)

⁷ O valor individual da mercadoria seria a quantidade de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria; o valor de mercado dessa mercadoria seria a média pela qual todas as mercadorias são vendidas pelos seus valores individuais, ou seja, é o trabalho socialmente necessário para se produzir uma mercadoria; e a mais-valia extraordinária é justamente a diferença entre o valor de mercado e o valor individual da mercadoria apropriada pelos capitalistas, conferindo-lhes, portanto, superlucros. Dessa forma, em cada período específico há empresas produzindo com o consumo de tempo de trabalho correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário, com o consumo de tempo de trabalho acima do padrão de tempo necessário e com consumo de tempo de trabalho abaixo do padrão. Assim, é no consumo de tempo de trabalho abaixo do socialmente necessário para produzir uma mercadoria que reside a mais-valia extra, a qual é, em última instância, a diferença entre o valor de mercado e o valor individual da empresa (Amaral, 2012; Amaral; Carcanholo, 2012)

lucro no setor como um todo. E essa tendência é justamente aquilo que Marx chama de Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro (LTQTL) (Amaral; Carcanholo, 2012; Harvey, 2014).

Diante disso, o que as instituições financeiras internacionais ligadas ao DWSR (FMI e Banco Mundial) logram para o capitalismo dependente latino-americano são os ajustes estruturais que são nada menos que a imposição dos preceitos neoliberais de desenvolvimento: abertura comercial e financeira, desregulamentação financeira e privatizações (Fiori, 1997; Gowan, 2003). A armadilha que se instaura para as economias dependentes é justamente a missão de pagar as elevadas dívidas frente a uma maior restrição de importações e aumento das exportações, principalmente de produtos agrários-exportadores, o que não apenas reafirma a dependência como a reproduz (Carcanholo, 2010). No caso da dívida, por meio da transferência de recursos para o exterior (leia-se o centro imperialista) e pela restrição de gastos públicos por meio da austeridade fiscal, redirecionando a agenda do Estado para atender exclusivamente os interesses do capital financeiro e não mais cumprir com o Fundo Público (Brettas, 2020b).

Na realidade das economias dependentes latino-americanas, o neoliberalismo é imposto por meio da violência e o exemplo mais emblemático disso foi o caso chileno. Neste país, o presidente democraticamente eleito, Salvador Allende, foi derrubado por meio de um golpe de Estado patrocinado pelas elites chilenas, pelos Estados Unidos e encabeçado pelo general Pinochet (Harvey, 2008; 2011). Os casos da Argentina e do Uruguai também foram emblemáticos porque também foram patrocinados pelos Estados Unidos como forma de impor uma “terapia de choque” do sistema econômico latino-americano, isto é, se valeu deliberadamente do uso da violência para impor um modelo não apenas de um conjunto de políticas econômicas, mas também, de um projeto de poder burguês associado com o capital financeiro internacional (Brettas, 2020a; 2020b; Gowan, 2003; Saad Filho, 2023).

O que vai na realidade marcar a década de 1980 é a crise da dívida externa latino-americana desencadeada pelo choque dos juros de 1979 e pelo segundo choque do petróleo. Os efeitos da crise serão perversamente potencializados na periferia do sistema. Se antes, no centro, o *Welfare State*, por meio dos crescentes déficits públicos assumia um compromisso com o lado do trabalho, agora com o neoliberalismo os déficits servem como uma espécie de armadilha porque os custos de financiamento do próprio Estado estão maiores que os crescimento econômico dado a crescente taxa de juros (Costa, 2008).

A ideia de estabilidade monetária macroeconômica em detrimento ao crescimento econômico, bem como o mote de que as políticas fiscais deveriam estar submissas às

monetárias a fim de estabelecer estas como principal mecanismo de política econômica de controle da inflação, perpetravam uma nova lógica de funcionamento da economia (Costa, 2008; Harvey, 2008). Como nos diz David Harvey (2011, p. 52), “a taxa de capitalização do crescimento da acumulação do capital global coloca uma pressão imensa sobre o nexo Estado-finanças para encontrar formas novas e inovadoras de reunir e distribuir quantidades de capital-dinheiro”.

Marx já nos apontava para as duas tendências inescapáveis à medida que vamos avançando no regime de livre mercado: a centralização e a concentração do capital. Com a ideia de que num regime de livre mercado (como advogado pelos liberais e pelos neoliberais), a estrutura descentralizada, individualizada e atomizada não permitiria o surgimento de um poder centralizado e que dominasse a esfera do mercado. Acontece que com o liberalismo e, posteriormente com o neoliberalismo, a estrutura descentralizada e fragmentada dá lugar a um poder capitalista cada vez mais centralizado e nas mãos de poucos capitalistas. A concorrência tem como tendência a monopolização e, assim, nada tem de livre mercado e menos ainda de mérito numa economia monopolizada e concentrada sob os domínios de poucos grandes capitais. Em resumo, o que Marx já nos alertava é que com a centralização e concentração do capital, as consequências são truncadas entre si, na medida que há o aumento da produção da concentração da renda e riqueza nas mãos dos capitalistas centralizadores e o número cada vez maior de exploração, degradação e miséria da classe trabalhadora mundo afora (Harvey, 2013).

O caso do neoliberalismo dos últimos tempos, essas duas perspectivas de Marx se mostraram corretas, na medida que, levado em conta a evidente diferença geográfica e histórica da descrição que Marx faz a seu tempo do capitalismo contemporâneo que vivemos, o grau de centralização do capital que ocorreu em diversas esferas de produção e circulação foi impressionante, além da flagrante concentração de renda e riqueza por parte dos que já são endinheirados, enquanto a classe trabalhadora se afunda ou na estagnação de suas condições de vida e de renda ou as veem se deteriorar (Harvey, 2013).

Retomando o pensamento de Marx, Grespan (2012, p. 39, grifos do autor) nos diz que

[...] a superação da *possibilidade formal* de crise na esfera da circulação permite a Marx afastar a ideia de que as crises seriam meras *contingências*, isto é, ocorrências determinadas exteriormente ao sistema capitalista, para buscar sua determinação sistêmica, imanente ao capitalismo e, assim, *necessária*

Assim, Grespan (2012) procura retomar a inerência da crise para o funcionamento do sistema capitalista de produção, isto é, a indispensabilidade dela para a continuidade do modo de produção capitalista. Frente a isso, as crises na periferia do sistema têm um efeito diferente do centro.

Nas economias dependentes periféricas, o Estado dependente, hegemonizado sob a lógica das finanças, acelerou o seu endividamento para arcar com os custos cada vez maiores da especulação como os juros e as amortizações das dívidas, resultando numa espantosa transferência de recursos públicos para o setor financeiro. Ou seja, o Estado passou a cumprir quase integralmente com os anseios e interesses do capital financeiro através da financeirização das políticas sociais e com o deslocamento do fundo público para um rentismo cada vez maior (Brettas, 2020b). Isso compromete as agendas sociais do Estado e o próprio funcionamento do fundo público que passa a ter parte significativa de seus recursos financeirizados, o que, olhando na totalidade do movimento do capital fictício, se traduz em financeirização de políticas sociais (Brettas, 2020a; 2020b; Costa, 2008).

O que se coloca diante disso é, em suma, a operação da lógica inerente do capital de reestruturar-se diante da decadência de sua fase de acumulação (Carcanholo, 2010; Grespan, 2012). Assim, com as dificuldades de acumulação de capital do keynesianismo do final dos anos 1960 e, principalmente, dos 1970, a ofensiva neoliberal, marcada pela financeirização como mote principal da acumulação de capital, se torna a maneira pela qual o capital vai encontrar de contra tendenciar a queda da taxa de lucro por meio do aumento da taxa de mais-valia⁸. No caso do capitalismo dependente latino-americano, todos esses mecanismos

⁸ Em linhas gerais, na economia política marxista e marxiana, a Taxa de Lucro Média é descrita matematicamente pela taxa de mais-valia dividida pela Composição Orgânica do Capital (COK), que esta é capital contante sobre capital variável (c/v), mais 1. Em termos algébricos fica: $l' = m'/(c/v) + 1$ (Moraes; Azevedo, 2023). Assim, se o mais-valor aumentou de maneira relativa, é correto dizer que houve elevação da produtividade nos setores produtores de bens salário, o que corresponde, por sua vez, a uma elevação da produtividade, indicando que houve um crescimento da relação c/v e, conseqüentemente, queda da taxa de lucro (Amaral, 2012). Em termos marxianos, uma menor produtividade implica numa menor Composição Orgânica de Capital. Dessa maneira, uma menor relação entre capital constante (c) e capital variável (v), em que o primeiro é o valor destinado à aquisição de meios de produção (máquinas, equipamentos, ferramentas, etc) e o segundo é o valor destinado à aquisição de mais força de trabalho para aplicar no processo produtivo (P) (Amaral, 2012; Marx, 2017)

de exploração são piores porque lá se configura como um capitalismo *sui generis*⁹, na medida que ele é a base do desenvolvimento do centro (Marini, 2005b).

Democracia Neoliberal Burguesa ou Democracia Popular?

O conceito de democracia é muito plural e amplo. É um conceito o qual descreve um modelo específico que muda de acordo com o contexto histórico. Por exemplo, depois da queda da União Soviética, os Estados do Ocidente levaram a cabo sistematicamente esse modelo em quase todos os países pós-coloniais e dos antigos países associados aos soviéticos teriam de adotar. Ou seja, a “promoção da democracia” se traduz na violência empregada nesse momento de “transição” para as democracias neoliberais (Ayers; Saad Filho, 2015, p. 598). Em termos gerais, mais especificamente em termos liberais-burgueses, a democracia pode ser entendida como uma condição social em que se prevalecem princípios e práticas de igualdade, visando a liberdade política dos indivíduos, especificamente as liberdades individuais e civis (Ayers; Saad Filho, 2015; Borón, 2003).

A democracia neoliberal, segundo Saad Filho (2023) é expressão daquilo que o autor denomina de paradoxo político do neoliberalismo. Esse paradoxo seria que com o avanço da institucionalização e a expansão da democracia neoliberal entre os anos 1980 e 2000,

⁹ Marini (2005a) vai apontar que o capitalismo periférico dependente assume uma forma particular e diferenciada com relação ao capitalismo do centro. Para o autor, o que se tem nas economias dependentes latino-americanas é o capitalismo *sui generis*, ou seja, uma forma específica do modo de produção capitalista resultante de uma configuração interna e externa muito particular da acumulação de capital. As economias latino-americanas não são pré-capitalistas, apesar de seu desenvolvimento econômico ser frágil e insuficiente, ele o é assim justamente porque a estrutura econômica, política e social que ela se encontra não permite que o seu desenvolvimento se dê igual ao chamado países avançados. Dentre as muitas expressões desse capitalismo *sui generis*, principalmente na fase do capitalismo industrial da América Latina que Marini está descrevendo, a exploração *sui generis* do trabalho é a mais evidente. Nela, o trabalhador não consegue nem sequer repor o valor de sua força de trabalho (FT), visto que os salários são muito baixos. E essa remuneração do trabalho tão insuficiente é um dos mecanismos que se expressa a chamada superexploração da força de trabalho. Marini vai dizer que a exploração da FT nas economias dependentes opera numa lógica diferente da exploração no centro. Nos países dependentes, a exploração se dá de maneira combinada e com maior intensidade, inclusive com o pagamento do valor da força de trabalho aquém do necessário para que ela consiga se reproduzir, uma vez que a superexploração do trabalho é a resposta que os capitalistas da periferia encontraram para conseguirem contornar a transferência de valor que os centros lhes impõem e, portanto, para responderem a sua queda da taxa de lucro (e de mais-valia).

aumentou-se um sistema político que se dizia inclusivo (democracia neoliberal), mas baliza um sistema de acumulação (de capital fictício) profundamente excludente. Noutros termos, o paradoxo político neoliberal significa a generalização do modelo de democracia no Ocidente afora, porém sem de fato representar os interesses da classe trabalhadora, comprometendo-se tão somente com o sistema de acumulação de capital fictício que é cada vez mais excludente.

Diante disso, precisamos nos contrapor com um outro modelo de democracia, uma democracia que de fato seja conduzida pela classe trabalhadora e para atender aos interesses dela. Assim, a crítica de Lenin (2019) à democracia burguesa nos parece pertinente para pensar numa democracia eminentemente popular. A crítica dele reside no fato de reconhecer o verdadeiro propósito da democracia burguesa: servir à ditadura da burguesia e a opressão do capital à classe trabalhadora. Porém, mais do que isso, Lenin nos diz que para se atingir a chamada “ditadura do proletariado”, que seria a condição que a classe trabalhadora estaria à frente do comando efetivo da política, isto é, os rumos da sociedade seriam ditados conforme os interesses dos trabalhadores, o proletariado teria que apoiar, num primeiro momento, a democracia burguesa para se levar a cabo a superação dela. Nas palavras do autor revolucionário

apenas a ditadura do proletariado será capaz de libertar a humanidade da opressão do capital, da mentira, da falsificação, da hipocrisia da democracia burguesa, dessa democracia para os ricos; será capaz de estabelecer a democracia para os pobres; ou seja, tornar os bens da democracia acessíveis de fato para os trabalhadores e camponeses pobres (Lenin, 2019, p. 21)

A definição de democracia para Lenin reside, em última instância, na primazia do proletariado nas conduções da política e do Estado. Para Saad Filho (2023), por outro lado, é entendido democracia neoliberal como um apanhado de elementos da democracia liberal burguesa tradicional, tais como pluralismo político, Estado Democrático de Direito, individualismo como base do Direito, especificamente, dos Direitos Humanos, somado com a ideologia liberal de livre comércio junto com a ideia de uma sociedade civil livre e independente. Nas palavras do economista marxista, o que caracteriza a democracia neoliberal seria: “o constitucionalismo, o Estado de Direito, ideias de ‘boa governança’, [...] pluralismo político e a escolha periódica de representantes políticos por meio de eleições multipartidárias, assim como uma ‘economia de mercado’ e uma sociedade civil ‘independente’” (Saad Filho, 2023, p. 65). Dessa forma, a mobilização de luta contra o

neoliberalismo reside em mobilizar em torno da democracia, de modo que a luta anticapitalista precisa estar no centro da mobilização, em outras palavras, a incompatibilidade entre as relações de mercado essencialmente capitalistas advogada pelos neoliberais e a democratização das relações sociais teria que ser um dos fios condutores da mudança do modelo de democracia para uma democracia radical e conseqüentemente da superação do modo de produção vigente (Ayers; Saad Filho, 2015).

Contudo, o que observamos no começo do século XXI é o desgaste cada vez maior desse modelo neoliberal de democracia. As contradições do neoliberalismo estão profundamente agudizadas, novas formas de (super)exploração do trabalho foram levadas a cabo (como a Uberização e a Plataformização do trabalho), ascensão do fascismo, novas ideologias neoliberais que visam descentralizar a organização da classe trabalhadora, atomizando-se a sua consciência enquanto classe de si e para si (Hunty, 2025).

Esses movimentos do capital, agora não mais comprometido com algum tipo de seguridade social para a classe trabalhadora e tampouco interessado em lograr crescimento econômico da mesma forma como fez na fase de acumulação anterior (*Welfare State* no centro e na periferia nacional-desenvolvimentismo), vide as novas formas de valorização do capital, dispensam a máscara de “capitalismo humanizado”. Ou seja, sob o neoliberalismo, o capitalismo está ancorado economicamente na financeirização da acumulação de capital e politicamente na democracia neoliberal, a qual não mais se compromete com representatividades que outrora se fazia válida. Estamos nos referindo ao fim de políticas de representatividade LGBTQ+ nas grandes empresas, a disseminação sistemática e deliberada de *Fake News* por parte de redes sociais que têm nenhum tipo de regulação do conteúdo propagado, o retorno de líderes assumidamente fascistas (Bolsonaro e Trump, por exemplo), a generalização da austeridade fiscal como prerrogativa de política fiscal que logra o desenvolvimento econômico, a condução desastrosa e trágica da maior emergência de saúde global deste século, a pandemia de Covid-19, por parte de Estados que se aliaram integralmente com o neoliberalismo, dentre outros exemplos (Hunty, 2025; Saad Filho, 2023).

Saad Filho (2023) vai chamar a atenção para as condições favoráveis pelas quais o neoliberalismo conseguiu recuperar relativamente as taxas de lucro frente à baixa lucratividade das economias do centro no começo dos anos 1980 (Saad Filho, 2023), especificamente no pós – Bretton Woods. Aquelas condições favoráveis são: a vitória do Ocidente na Guerra Fria, especialmente na figura dos Estados Unidos; a dispersão do

capitalismo pelo mundo junto com a “globalização” da produção; a liberalização do comércio, das finanças e dos fluxos internacionais de capital, ou seja, com a aplicação do que Fiori (1997) chama de ajuste estrutural, os quais são os principais pontos da cartilha neoliberal junto com o “Consenso de Washington”; a redução de impostos, transferências de renda, o solapamento da maioria dos governos e movimentos nacionalistas e de contestação do capitalismo; e, a perda de força e de atuação das esquerdas, dos movimentos sindicais e camponeses (Saad Filho, 2023).

Sobre este último, no caso brasileiro é a perda de apoio político do Partido dos Trabalhadores (PT), a descrédibilização da política, dos políticos e dos partidos a partir de um sentimento de antipolítica que se traduz num sentimento de antipetismo muito intenso, o que levou às manifestações de Junho de 2013 e ao Golpe de 2016¹⁰ (Boito Jr., 2019; Martuscelli, 2020).¹¹

Avanço da Extrema-Direita e o Neofascismo: O capitalismo sem máscara

Com as limitações das democracias neoliberais, como tratamos anteriormente, abriu caminho para os líderes políticos “espetaculares” ligados com a forma autoritária do neoliberalismo¹². Esses líderes espetaculares autoritários são, segundo Saad Filho (2023),

¹⁰ O caminho brasileiro para o fascismo estaria começando a ser trilhado com as manifestações de junho de 2013, com a contestação do resultado eleitoral de 2014 para presidente da República por parte do candidato derrotado, Aécio Neves, e seu respectivo partido político, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, e a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República, juntamente com os diversos e conflitivos interesses da classe dominante suas frações (Boito Jr., 2019)

¹¹ Sobre o período de 2010 – 2021, particularmente sobre a crise econômica e política brasileira de 2013 -2016, Moraes e Azevedo (2023) nos diz, em suma, que a recuperação brasileira da lucratividade na segunda metade da década de 2010 – 2020, se caracterizou por uma recuperação da taxa de lucro sem correspondente crescimento econômico, uma vez que este foi bastante aquém do que precisaria para ver a retomada das condições de acumulação de outrora. A pista para explicar essa recuperação da lucratividade, diz os autores, é o aumento da exploração do trabalho e a espoliação do patrimônio estatal, este principalmente ligado às mudanças políticas e estratégicas da Petrobrás. Além disso, depois do Golpe de 2016, as transformações institucionais engendradas depois de 2016 como a Emenda Constitucional número 95 (o chamado Teto de Gastos), a Reforma Trabalhista de 2017 e as mudanças de preço e de estratégia da Petrobrás são um dos fatores que nos ajudam a explicar esse movimento contraditório de retomar a lucratividade com baixo crescimento econômico da economia brasileira nesse período.

¹² Em sua obra, Saad Filho (2023, p. 49) discorre extensivamente na descrição e caracterização da última grande crise do capital fictício, a chamada Crise Financeira Global (CFG), também denominada de Crise de 2008. O autor chama a atenção para a CFG porque “ela foi causada pela superacumulação de capital fictício criado por um sistema financeiro globalizado, e desencadeada pela inadimplência de hipotecas impagáveis das famílias pobres dos EUA, que haviam sido reembaladas em novos tipos de ativos financeiros, que foram negociados através de canais que nem existiam apenas anos atrás”, de modo que acentuou as contradições sociais e políticas e potencializou os paradoxos do neoliberalismo, em especial o paradoxo econômico que deriva os outros dois, o paradoxo político e o autoritário. Para se inteirar mais sobre essa discussão, ver: SAAD FILHO, A. **A Era das Crises: neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia**. 1. ed. Editora Contracorrente. 2023

em sua maioria homens que se apresentam para o público como honestos, apesar de majoritariamente serem grosseiros, arrogantes e egoístas, advogam por “fatos” inexistentes usualmente chamado de negacionista. Eles cultivam via demagogia uma espécie de política de ressentimento, declaram estar ao lado do “povo” e contra os privilégios das “elites”, conceitos esses absolutamente vazios e muito fácil de se instrumentalizar. A linha de frente que discursivamente eles atacam seriam “os demais Estados, o setor financeiro, a globalização, as elites, os especialistas, os interesses arraigados, os políticos corruptos, os funcionários públicos preguiçosos, as instituições capturadas, os estrangeiros {...}” (Saad Filho, 2023, p. 89).

Nesse ínterim, eles se colocam como *outsider* da política e que defenderão a “nossa” pátria” contra os inimigos que no caso brasileiro seria o comunismo, o PT, o principal líder político-partidário da esquerda brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a esquerda de forma geral; no caso britânico seria os imigrantes, por isso também a opção pela saída do país da União Europeia, o chamado *Brexit*; no caso estadunidense os mexicanos que estariam indo para os Estados Unidos roubar os empregos e assim por diante (Boito Jr., 2019; Saad Filho, 2023).

Apesar desses líderes se autointitularem antissistema, quando eles chegam ao poder eles rapidamente implementam políticas que ampliam o neoliberalismo e a financeirização. Exemplo delas são: políticas regressivas de tributação, de comércio e de emprego, com vistas a atender os interesses do capital financeiro e oprimindo progressivamente as formas de oposição. Eles não estão interessados em cumprir com agendas sociais e econômicas que buscam romper com a ordem vigente, pelo contrário, estão alinhados com políticas conservadoras para radicalizarem o programa neoliberal (Saad Filho, 2023).

Diante disso, Saad Filho (2023) vai nos apresentar três pontos importantes da lógica de funcionamento da política do neoliberalismo autoritário. O primeiro consiste na permanente reprodução da insegurança, do medo e da tensão. Nesse primeiro ponto podemos identificar um *modus operandi* semelhante à extrema – direita que se autoafirma e se mobiliza tomando como base a insegurança e o desespero, tentando resgatar como plataforma de apoio uma ideia de passado idealizado como forma de dar segurança às incertezas do presente e como maneira de construir um futuro seguro. O segundo elemento diz respeito a ideia dualista de um conflito constante entre um “nós” e “eles”. Essa noção

carrega consigo um aspecto de desumanização que joga a culpa pela crise nas costas do “outro”, ou seja, é atribuído ao “outro”, dentro desse jogo de “nós” contra “eles”, a responsabilidade da crise sistêmica, quando na verdade o medo e a insegurança são impostos pelo próprio modo de produção capitalista, em particular, e, em específico, pelo neoliberalismo (Saad Filho, 2023, p. 91 – 92).

O terceiro ponto está associado com a chegada dos líderes “espetaculares” ao poder e seus discursos dissimulados. Os discursos que eles pregam não apenas não são factíveis como eles o fazem ao contrário (Saad Filho, 2023). Por exemplo, se eles falam em acabar com os chamados “privilégios” das elites, das castas políticas em nome da otimização da máquina pública no sentido de “enxugar” o Estado, ao ascender ao poder eles fazem o exato oposto: se comprometem a atender à agenda das frações do capital financeiro que os apoiaram e ampliar a atuação do Estado para maximizar os ganhos do capital. Noutros termos, o terceiro ponto da política neoliberal autoritária tem a ver com a dominância da extrema-direita e as diferentes formas de fascismo nos sistemas políticos contemporâneo que estão se não totalmente alinhados com os interesses do capital financeiro, estão em grande parte.

O paradoxo do autoritarismo do neoliberalismo se expressa a partir das crises econômicas e políticas do neoliberalismo, oriundas de seus respectivos paradoxos, e generalizam a personalização da política e o surgimento dos líderes políticos “espetaculares” autoritário interessados numa versão radical do neoliberalismo e com o seu próprio poder pessoal. Eles dizem construir alternativas “nacionais” às mazelas que a financeirização e a globalização impõem, mas, na verdade, eles estão em conluio com elas, atacando inclusive as diversas formas de contestação do *status quo* tanto do capitalismo quanto da globalização. Dessa forma, as agendas políticas distanciam cada vez mais a base política que levou os líderes “espetaculares” ao poder, contribuindo, por sua vez, com a instabilidade do regime político autoritário neoliberal, condição inescapável da política autoritária neoliberal. Resultado disso é que a sociedade se divide e polariza cada vez mais, os salários diminuem, a carga tributária se torna paulatinamente mais regressiva, as seguridades sociais esfareladas e aumento generalizado da pobreza. Isso cria condições cada vez mais favoráveis de surgimento de novos líderes “espetaculares” que discursivamente se comprometem a “mudar tudo o que está aí” e levando a diante sentimentos de ressentimento e antipolítica, solapando as instituições e aumentando os conflitos de classes (Saad Filho, 2023).

Considerações Finais

A saída que o capitalismo encontra para suas crises reside, justamente, na imprescindível criação e ampliação de novos espaços de valorização para o capital excedente não realizado, ao mesmo tempo em que aprofunda as formas de exploração do trabalho. Isso se expressa no aumento da taxa de mais-valia como estratégia de recomposição da lucratividade (Carcanholo, 2010)¹³. Nos termos da Teoria Marxista da Dependência, trata-se da intensificação de mecanismos de superexploração da força de trabalho como forma de compensar a transferência de valor, agravada pelas relações estruturais de dependência que caracterizam a inserção subordinada do capitalismo periférico ao centro. Esse processo pressiona, simultaneamente, a resistência física e mental dos trabalhadores, resultando na deterioração das condições de reprodução da vida e da própria mercadoria “força de trabalho”, a ponto de os baixos salários não garantirem sequer a reposição da capacidade laborativa (Brettas, 2020b; Carcanholo, 2011; Marini, 2005a).

Nos países dependentes, a exploração do trabalho se dá de forma combinada e mais intensa, inclusive com o pagamento de um valor inferior ao necessário para a reprodução da força de trabalho. A superexploração torna-se, assim, a alternativa dos capitalistas periféricos para responder à transferência de valor imposta pelo centro e à queda das taxas de lucro e de mais-valia. Esse movimento aprofunda a lógica “[...] fundante do capital: produção crescente de um valor excedente (mais-valia) que, se realizado a uma taxa de lucro razoável, deve ser crescentemente acumulado, recolocando a mesma lógica, em maior magnitude, para adiante” (Carcanholo, 2010, p. 3). Afinal, como assinala Marx (2017, p. 68), “[...] o lucro do capitalista provém do fato de que ele possui para vender algo pelo qual não pagou”. Essa é, em essência, a liberdade do trabalhador: vender sua força de trabalho, pois foi dele retirado o controle sobre os meios de produção, restando apenas a submissão ao mercado de trabalho (Harvey, 2013).

¹³ Retomando a fórmula da taxa de lucro médio, $[l' = m'/(c/v) + 1]$, matematicamente falando, se o denominador permanece inalterado, e aumenta-se apenas o m' de maneira direta, aumenta-se proporcionalmente o l' . Isso implica numa das maneiras de contra-arrestar a tendência da queda da taxa de lucro: aumentar a taxa de exploração do trabalho ou taxa de mais-valia (m') para contrabalançar a queda da taxa de lucro, l' . E no caso desta presente pesquisa, implica dizer, do ponto de vista das políticas públicas e da forma como os grandes capitais lidam com as pressões e resistências da classe trabalhadora quanto à questão de representatividade e de participação política na suposta democracia neoliberal burguesa, que a exploração do trabalho opera com novas formas combinadas, dispensando os poucos mecanismos que garantiam alguma seguridade ao trabalho.

O capitalismo contemporâneo apresenta-se, portanto, “sem máscara”: sem véus, sem disfarces, sem a necessidade de fingir preocupação com o bem-estar do trabalhador. Já não assume compromissos com políticas sociais que, no passado, visavam estimular o consumo da classe trabalhadora ou capturar, de maneira cínica, pautas identitárias como forma de marketing corporativo. Nem mesmo essas máscaras simbólicas permanecem. O capital já não necessita fingir humanidade.

A crise da democracia neoliberal é, nesse sentido, sintoma direto das contradições do próprio neoliberalismo — especialmente de seu paradoxo autoritário —, que expressa a incapacidade de oferecer soluções aos problemas que ele mesmo cria. Sob esse arranjo, as políticas de austeridade fiscal só podem ser implementadas mediante o aumento da repressão e a intensificação de novas formas de exclusão política e social (Saad Filho, 2023). No caso do capitalismo dependente, esse processo se dá de forma ainda mais brutal, intensificando a dependência estrutural e aprofundando a superexploração da força de trabalho.

Frente a esse cenário, a única resposta possível é a luta incontestável e intransigente por uma democracia popular. Em termos leninistas, trata-se da luta pela “ditadura do proletariado” em oposição direta à ditadura do capital, que caracteriza as democracias liberais burguesas (Lenin, 2019). Essa resistência exige uma articulação internacional da classe trabalhadora, encabeçada por sindicatos combativos e movimentos sociais e camponeses. No caso brasileiro, essa articulação passa, necessariamente, pelo fortalecimento do MST — historicamente atacado por lideranças autoritárias e neoliberais como o ex-presidente Jair Bolsonaro —, em aliança com outras expressões de luta contra a lógica do capital (Mota, 2009).

À luz do marxismo latino-americano — e, particularmente, da Teoria Marxista da Dependência —, o horizonte estratégico passa pela construção de uma revolução socialista que não caia na armadilha da etapa burguesa. Não há tempo para etapas intermediárias: a superação do neoliberalismo, da ditadura do capital, da ascensão de líderes autoritários e declaradamente fascistas, como Bolsonaro e Trump, e do próprio modo de produção capitalista só pode ser alcançada por meio do socialismo.

Referências Bibliográficas

AMARAL, M. S. Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência. V **Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2007. Disponível em:

https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/ssao4/Marisa_Amaral.pdf. Acesso em 30 jul. 2024

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/pt-br.php>. Acesso em 30 jan. 2025

AMARAL, M.; CARCANHOLO, M. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. *In*: OSORIO, J.; LUCE, M.; FERREIRA, C. (Org). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

AYERS, A. J; SAAD-FILHO, A. Democracy against Neoliberalism: Paradoxes, Limitations, **Transcendence**. *Critical Sociology*. p. 597-618. 2015

<https://doi.org/10.1177/0896920513507789>

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp. 2013

BELLUZZO, L. G. **Os antecedentes da tormenta**: origens da crise global. São Paulo: Editora Unesp. 2009

BELLUZZO, L. G; ALMEIDA, J. G. Depois da Queda. **A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2002

BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021009, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.35578.

BORÓN, A. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. 1ª. ed.– Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e competição**. [S. l.]: Elsevier, 2011.

BRETTAS, T. A via “não clássica” do capital financeiro no Brasil. **Serviço Social em Revista**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 570, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2020v23n2p570>

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 53–76, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2017v17n34p53-76>

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais. Rio de Janeiro: **Consequência**, 2020b. p.185-206

CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**, [s. l.], 2011. Disponível em

<https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/14551/8279>. Acesso em 22 fev.

2024

CARCANHOLO, M. D. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**, Marília, SP, v. 3, n. 2, p. 3–10, 2010. DOI: [10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1226](https://doi.org/10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1226).

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 247–272. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482008000200003>

CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo, Editora Unesp. 2002

CHAUÍ, M. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020. DOI: <https://doi.org/10.62174/aei.5434>

CHESNAIS, F. “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo. Xamã. 1996

COSTAS, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo, Editora Expressão Popular. 2008

DOS SANTOS, T. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, S; et al. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda. 2010

DUMÉNIL, G; LEVY, D. “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, F.; et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003

FINE, B.; SAAD FILHO, A. **O capital de Marx**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GARLIPP, J.R.D. **Economia desregrada: Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no capitalismo contemporâneo**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia. Campinas. 2001. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.371061>

GOWAN, P. **A Roleta Global: uma aposta faustiana de Washington para dominação do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2003

GRESPAN, J. **O negativo do capital**: o conceito de crise da na crítica de Marx à economia política.2. Ed. São Paulo. Expressão Popular. 2012

GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos estudos CEBRAP**, p. 11-33, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000300001>

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. 1. Ed. São Paulo. Boitempo. 2011

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo. Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Para entender o capital**: livros II e III. São Paulo. Boitempo. 2014

HARVEY, D. **Para entender o capital**: livro I. São Paulo. Boitempo. 2013

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTY, R. V. Capitalismo sem máscara. Youtube, 17 de fevereiro de 2025. 41min10s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3wPK89c9JgE&t=268s&ab_channel=TemperoDrag. Acesso em 10 abr. 2025.

KATZ, C. **A Teoria da Dependência 50 Anos Depois**. 1 edição. São Paulo. Expressão Popular. 2020

LAPAVITSAS, C. “Theorising Financialisation”. In: **Work, Employment & Society**, vol. 25, n. 4, p. 611-626. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0950017011419708>

LENIN, V. **Democracia e luta de classes**. Arsenal Lênin. 2019

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. 1 Edição. São Paulo. Expressão Popular. 2018

MARINI, R.M. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. **Outubro**, São Paulo, n.20, p.27-70, 2012. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-20-Artigo-02.pdf>. Acesso em 09 fev. 2025

MARINI, R.M. “Desenvolvimento e Dependência”. In: TRASPADINI, R; STÉDILE, J.P (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARINI, R.M. “Dialética da Dependência”. In: TRASPADINI, R; STÉDILE, J.P (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

MARINI, R.M. “Sobre a Dialética da Dependência”. In: TRASPADINI, R; STÉDILE, J.P (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005c.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo. Boitempo. 2011

MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 67–102, 2020. DOI: 10.21057/10.21057/repamv14n2.2020.28759.

MARX, K. **O Capital** –Livro III–O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MORAES, L.; AZEVEDO, R. Notas para um estudo marxista dos valores adicionados na economia brasileira contemporânea (2010-2021). **Nexos Econômicos**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 163–194, 2023. DOI: 10.9771/rene.v16i1.55823.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. **Serviço Social**, p. 51-67, 2009. Disponível em https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Crise%2%A0contempor%C3%A2nea%2%A0e%2%A0as%2%A0transforma%C3%A7%C3%B5es%2%A0na%2%A0produ%C3%A7%C3%A3o%2%A0capitalista%2%A0&btnG= . Acesso em 09 abril. 2025

PAULANI, L.M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, vol. 23, nº 66. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>

SAAD FILHO, A. **A Era das Crises: neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia**. 1. ed. Editora Contracorrente. 2023

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015. DOI: <https://doi.org/10.62782/2318-9657.2015.96>

VALENCIA, A. S. Teoría de La Dependencia: Una Revalorización del pensamiento de Marini para el siglo XXI. **Revista Rebelión**. 2018. Disponível em <https://marxismocritico.com/2018/03/05/teoria-de-la-dependencia-una-revalorizacion-del-pensamiento-de-marini/>. Acesso em 09 jan. 2025